

Acordo plurianual não é vantajoso, alerta o Ibre

Economia - Brasil

27 OUT 1984

ESTADO DE SÃO PAULO

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O próximo governo brasileiro poderá "sentir-se cerceado dentro dos termos de um acordo plurianual acertado pelo atual governo, podendo surgir a hipótese de um desacordo", adverte a carta do Ibre — Instituto Brasileiro de Economia —, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que está circulando com a edição de outubro da revista Conjuntura Econômica, da FGV.

Para os técnicos do Ibre, um otimismo excessivo quanto às reais possibilidades de desempenho das contas externas do Brasil em 1985 "poderia restabelecer uma situação de vulnerabilidade que é insatisfatória para todas as partes envolvidas na questão da dívida externa brasileira". Segundo o instituto, na eventualidade de o Brasil não contar com recursos novos para 1985, uma nova alta de juros poderia reduzir a margem de manobra do País para negociações externas e afetar o seu balanço de pagamentos.

O Instituto Brasileiro de Economia considera fundamental analisar todas as implicações dos resultados da política de comércio exterior brasileira este ano, a fim de evitar o "excessivo otimismo" das autoridades

em relação à não necessidade do ingresso de "dinheiro novo" para 1985. O Ibre acredita que, no próximo ano, não estarão presentes diversos fatores que em 1984 contribuíram para a expansão das exportações, como o crescimento da economia dos EUA, a depressão do mercado interno e os efeitos defasados da maxidesvalorização do cruzeiro de 1983.

"A mera manutenção da atual política cambial realista, de desvalorizações equivalentes à taxa de inflação, não será suficiente para garantir, em 1985, um desempenho das exportações semelhante ao de 1984", diz a carta do IBRE. As próprias autoridades estão prevenindo para 1985 taxa de crescimento das exportações de apenas 5%, o que, diante de uma recuperação das importações, resultaria em saldo inferior ao registrado este ano.

Devido àquela situação, o Ibre coloca em dúvida a vantagem de um acordo plurianual com os bancos credores, a ser negociado em novembro, que excluiria a concessão de dinheiro novo, em oposição a um acordo de um ou dois anos que previsse para 1985 entrada de US\$ 2 a 4 bilhões de recursos novos. Para os técnicos da Fundação Getúlio Vargas, a entrada de dinheiro novo no País, em 1985, "facilitaria a administração do ba-

lanço de pagamentos, preservando a margem de manobra da nova administração".

Se o Brasil não contar no próximo ano com novos empréstimos dos bancos credores, haverá uma perda substancial de reservas, "tendência que o FMI e até mesmo os banqueiros não achariam necessariamente desejável". Assinala, ainda, a carta do Ibre que, como o FMI fornecerá ao Brasil recursos financeiros ao longo do ano, também não veria favoravelmente a ausência dos bancos comerciais no aporte de recursos em 1985.

"Por mais que existam dúvidas entre os bancos, especialmente em decorrência de uma incompreensão dos efeitos da indexação, quanto ao grau real de aperto da política monetária e da política fiscal, tais instituições teriam certamente a ganhar com um aporte de novos fundos que pudesse levar, já em 1985, a uma renegociação de caráter mais duradouro", enfatiza o instituto.

A carta do Ibre também analisa os principais itens da última carta de intenções ao FMI, alertando quanto à política de liberação de importações, que deve evitar a queima excessiva de divisas, pois isso se refletiria no enfraquecimento da posição de barganha nas futuras negociações com os credores internacionais.